

# Proposta agita universidades

Novo projeto do governo prevê mais autonomia para as comunidades acadêmicas

por Rodrigo Mesquita  
de Brasília

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

O Ministério da Educação prepara um projeto de lei que deverá inaugurar uma enorme polêmica no seio da comunidade universitária. Principalmente entre as instituições de nível superior privadas: a Lei da Autonomia Universitária. O governo quer reduzir o poder das mantenedoras privadas e conferir alguma autonomia para as comunidades acadêmicas.

“Ainda não existe uma resistência aberta mas, quando o projeto for colocado na mesa, elas vão aflorar”, diz a secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, Vanessa Guimarães Pinto. Essa lei vai estabelecer parâmetros mínimos para que uma universidade, por exemplo, possa funcionar. Os reitores, por exemplo, deverão ser escolhidos pelas mantenedoras a partir de uma lista preparada pela comunidade acadêmica. O corpo docente deverá ter um mínimo de qualificação (cursos de pós-graduação) e a instituição terá de se comprometer com a realização de pesquisa.

“Uma universidade é uma idéia muito séria para se brincar”, diz ela. O objetivo do ministério, com essa lei, é administrar a aparente contradição entre empresa privada e ensino e garantir um mínimo de qualidade no ensino de nível superior. Existem hoje, no Brasil, 851 instituições de ensino superior, entre universidades (127), federações de escolas e faculdades integradas (87) e estabelecimentos isolados (637), compreendendo um total de 5.562 cursos de nível superior. Do total de instituições, 74,38% (633) são privadas, responsáveis por 56,63% (3.150) dos cursos existentes segundo dados de 1994 (os últimos disponíveis).

Um número estonteante de novos cursos superiores e universidades, entretanto, aguarda autorização para entrar em funcionamento. São 4 mil os cursos e 112 as universidades que esperam um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, 26 outras universidades já deram entrada em seus projetos de criação para exame no Ministério da Educação.

No caso das universidades, são poucas as inteiramente novas. Na maioria, trata-se de agrupamentos de faculdades isoladas pedindo o “status” de universidade – que, além do prestígio, permite algumas facilidades, como a implantação de novos cursos sem depender de autorização prévia do ministério.

O governo não se surpreende com esses números. “Parece muito, mas não é”, diz a secretária. Há necessidade de mais vagas no ensino superior. A cada ano, o número de matrículas corresponde a menos de

<b>O topo da pirâmide</b> (Dados básicos do ensino superior)			
<b>Instituições de Ensino Superior</b>		851	(Em %)
<b>Quanto à natureza</b>	Universidades	127	14,82
	Federações de Escolas e Fac. Integradas	87	10,22
	Estabelecimentos Isolados	637	74,85
<b>Quanto à dependência administrativa</b>	Federal	57*	6,70
	Estadual	73	8,58
	Municipal	88	10,34
	Particular	833	74,38
<b>(*) Não vinculadas ao MEC</b>	Instituto Militar de Engenharia - IME	-	-
	Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	-	-
	Instituto Rio Branco	-	-
	Escola Nacional de Ciência Estatística	-	-
	Escola de Enfermagem de Manaus	-	-
<b>Instituições Federais de Ensino Superior Vinculadas ao MEC</b>		52	
	Universidades	39	75,00
	CEFET'S	5	9,62
	Isoladas	8	15,38
<b>Cursos</b>	5.562		
<b>Natureza</b>	Universidades	3316	59,62
	Federações de Escolas e Fac. Integradas	712	12,80
	Estabelecimentos Isolados	1534	27,58
<b>Dependência administrativa</b>	Federal	1270	22,83
	Estadual	769	13,83
	Municipal	373	6,71
	Particular	3150	56,63
<b>Vagas oferecidas</b>	574.135		
<b>Natureza</b>	Universidades	326.170	56,81
	Federações de Escolas e Fac. Integradas	86.836	15,12
	Estabelecimentos Isolados	161.129	28,96

Fonte: MEC

25% dos candidatos inscritos nos vestibulares. Em 1994 foram 574.135 vagas para 2.237.023 inscrições. Entre os candidatos, entretanto, há os que se inscrevem em mais de um vestibular e os que tentam entrar na universidade pela segunda vez.

O número de vagas oferecido corresponde, “mais ou menos, ao número de formandos no 2º grau”, diz Vanessa Guimarães Pinto. O problema é que o governo trabalha para uma expansão do ensino médio nos próximos anos. Mais importante ainda: o índice de estudantes universitários no Brasil, com relação à população, é muito baixo. “Nos Estados Unidos, 60% da população em idade universitária (entre 18 e 24 anos) frequenta uma instituição de ensino superior. No Brasil essa relação é de 15%”, diz Vanessa.

A Lei da Autonomia Universitária também vai mexer, ainda que de forma mais branda, com as instituições oficiais, especialmente as federais. O Ministério da Educação entende que essas universidades já dispõem de autonomia do ponto de vista acadê-

mico. “O que elas não têm é autonomia financeira, ao contrário das privadas que se sustentam com as mensalidades”, explica ela. O projeto de lei vai propor que o orçamento das universidades passe a ser global.

Atualmente, as universidades e escolas federais são obrigadas a discriminar, em suas propostas orçamentárias, todos os gastos. Depois de aprovada a proposta e incluída no Orçamento Geral da União (OGU), as instituições não podem remanejar verbas. “Se elas conseguem fazer economia com pessoal, não podem repassar as sobras para a pesquisa”, conta Vanessa. A idéia, com os orçamentos globais, é permitir essa flexibilidade. A universidade receberá uma dotação mensal e a usará como quiser.

No ano passado, o governo gastou R\$ 5,2 bilhões com o ensino superior. Para 1996, o orçamento é, também, de R\$ 5,2 bilhões e o Ministério da Educação está pedindo uma suplementação de R\$ 330 milhões. Excluindo os gastos com inativos, em 1995 foram despendidos R\$ 3,6 bilhões. Essa con-

ta inclui, porém, as despesas com a rede de 48 hospitais universitários.

O governo não sabe o que é gasto em quê. Vanessa conta que, somente agora, o ministério está realizando um esforço para abrir essas contas. Mesmo assim, a desproporção com outros gastos em educação é relevante. No ano passado, para o combate ao analfabetismo, a Secretaria de Educação Fundamental contou com R\$ 17 milhões que, neste ano, foram reajustados para R\$ 36 milhões.

O aluno de nível superior custa, para o Estado brasileiro, entre R\$ 2,5 mil e R\$ 5 mil ao ano. Nos Estados Unidos, onde o ensino superior é pago, os custos variam entre US\$ 11 mil e US\$ 17 mil, dependendo da universidade.

De acordo com os números de 1994, existiam, no País, 1.661.034 estudantes matriculados no nível superior. Desse total, as instituições federais respondiam por 21,89% (363.543), as estaduais por 13,96% (231.936), as municipais por 5,72% (94.971), e as escolas da rede privada pela maioria das matrículas (58,43% ou 970.584 alunos). ■